

**X LEGISLATURA  
ACTA Nº 126/X/4ª SL**

Aos dois dias do mês de Julho de 2009, pelas 14h30, reuniu a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional (CAEIDR), na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta.

Havendo quórum para funcionamento e deliberação, nos termos do nº 5 do artigo 58º do Regimento da Assembleia, o Presidente da Comissão, Sr. Deputado Rui Vieira, iniciou os trabalhos, tendo como Ordem do Dia os seguintes pontos:

1. Apreciação e votação do **Parecer referente ao Proposta de Lei nº 293/X/4ª - "Autoriza o Governo a criar um regime especial de aplicável às expropriações necessárias à concretização dos aproveitamentos hidroeléctricos integrados no Plano Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH) e os aproveitamentos hidroeléctricos de Ribeiradio-Ermida, no rio Vouga, e do Baixo Sabor, no rio Sabor."** Rel: Dep. Rosário Águas (PSD).
2. Apreciação e votação do **Requerimento apresentado pelo CDS-PP** (Propõe audição do Sr. Secretário de Estado da Protecção Civil)

No ponto 1 da Ordem do Dia, relativo à Apreciação e votação do **Parecer referente ao Proposta de Lei nº 293/X/4ª - "Autoriza o Governo a criar um regime especial de aplicável às expropriações necessárias à concretização dos aproveitamentos hidroeléctricos integrados no Plano Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH) e os aproveitamentos hidroeléctricos de Ribeiradio-Ermida, no rio Vouga, e do Baixo Sabor, no rio Sabor"**, a Sra. Deputada Rosário Águas apresentou o parecer nas suas diversas partes, realçando a importância de ser solicitado um parecer à Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), considerando tratar-se de um diploma conexo com as competências das autarquias.

A Sra. Deputada Hortense Martins cumprimentou a Deputada relatora pelo parecer, dando conta de uma dúvida sobre as conclusões quanto a fazer depender o requisito formal de ser considerado em condição de subir a Plenário do cumprimento do pedido de parecer à ANMP.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes concordou com a necessidade de ser pedido um parecer à ANMP, pelo facto de se tratar de um diploma que afecta as competências das autarquias locais. Recordou, ainda, o pedido referente a avaliação, por parte da Nota Técnica, das alterações feitas ao Código das Expropriações.

O Sr. Presidente deu conta da indicação dos serviços sobre a impossibilidade de as Notas Técnicas conterem juízos de valor às iniciativas legislativas.

O Sr. Deputado Ventura Leite questionou a Sra. Deputada Rosário Águas quanto à obrigatoriedade de, por força do Decreto-Lei referido no parecer, solicitar um parecer à ANMP, não invalidando que, sobre a PPL em geral, se solicitasse um parecer à ANMP.

A Sra. Deputada Rosário Águas recordou a disposição constante do Regimento da Assembleia da República de ser ouvida a ANMP em matérias respeitantes às autarquias locais, considerando como exemplificativa a menção ao Decreto-Lei supra-referido. Reforçou, ainda, o facto de ser a terceira vez que levantava a questão da necessidade de solicitação de parecer à ANMP. Solicitou à Mesa um pedido formal aos serviços de fundamentação da ausência de sugestão, na Nota Técnica, de solicitação de parecer à ANMP. Enfim, recordou que a Nota Técnica lhe fora entregue poucos dias antes.

O Sr. Presidente recordou que, independentemente da Nota Técnica, os Deputados podem solicitar desde logo o pedido de pareceres ou outras iniciativas que considerem oportunas.

A Sra. Deputada Hortense Martins efectuou uma sugestão de alteração de redacção das conclusões, tendo a Sra. Deputada Teresa Venda sugerido uma precisão da redacção da parte IV do parecer, que foi aceite pela Sra. Deputada Rosário Águas.

Não havendo mais intervenções, os Considerandos foram aprovados por unanimidade tendo as Conclusões sido aprovadas com os votos favoráveis dos GP do PS e do PSD e as abstenções dos GP do PCP e do CDS-PP, tendo-se registado, em ambas as votações, a ausência dos GP do BE e do PEV.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes efectuou uma declaração de voto oral, registando ter-se abtido por estar de acordo com a Sra. Deputada Rosário Águas ao concordar que o parecer não cumpre os requisitos legais.

No ponto 2 da Ordem do Dia, referente à **Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo CDS-PP (Propõe audição do Sr. Secretário de Estado da Protecção Civil)**", a Sra. Deputada Hortense Martins solicitou a apreciação e votação do mesmo, tendo o Sr. Deputado Helder Amaral concordado.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente deu a reunião por encerrada às 15h15, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 2 de Julho de 2009.

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**

**Rui Vieira**

Nota: Acta aprovada na reunião de 7 de Julho de 2009.

## Folha de Presenças

Estavam presentes nesta reunião os seguintes Srs. Deputados:

- Agostinho Lopes
- António Almeida Henriques
- David Martins
- Hélder Amaral
- Hortense Martins
- Lúcio Ferreira
- Maria Idalina Trindade
- Rita Miguel
- Rosário Águas
- Rui Vieira
- Ventura Leite
- Jorge Fão
- Manuel José Rodrigues

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

- Afonso Candal
- Alda Macedo
- Carlos Poço
- Duarte Lima
- Francisco Madeira Lopes
- Hugo Velosa
- Jorge Seguro Sanches
- Mendes Bota
- Miguel Ginestal
- Pedro Nuno Santos